

6. TEMA EM ANÁLISE

A relação entre o nível de escolaridade e o mercado de trabalho em 2009

Francisco Lima* – Instituto Superior Técnico e CEG-IST

1. Introdução

A escolaridade é, a nível individual, não só um caminho para obter competências para o mercado de trabalho, dado ser uma forma de acumulação de capital humano, mas também é uma escolha pessoal que toma em consideração mais do que um mero objectivo profissional. Adicionalmente, a escolaridade de uma população tem uma forte correlação com o nível de desenvolvimento de um país. O objectivo deste estudo é analisar a relação da escolaridade com diversas dimensões do desempenho individual no mercado de trabalho. O estudo incide, num primeiro passo, sobre a população em idade activa e a taxa de actividade, ou seja, a participação no mercado de trabalho. Num segundo passo, foca-se no emprego, em particular nas dimensões relacionadas com a situação na profissão e com a determinação do rendimento salarial. Finalmente, incide-se sobre questão do desemprego, onde se analisa a relação da escolaridade com a taxa de desemprego e a duração da procura de trabalho.

A análise detalhada da informação estatística numa perspectiva temporal pode ser encontrada num tema em análise anterior (Torres, 2007). Os resultados aí apresentados mostravam que a detenção de um maior nível de educação proporcionava ao indivíduo uma maior taxa de emprego, uma menor taxa de desemprego e maiores salários em média.

Os níveis de escolaridade completos analisados neste estudo foram agregados nos três grupos seguintes:

- Até ao básico - 3º ciclo: nenhum nível de escolaridade, ensino básico - 1º ciclo, ensino básico - 2º ciclo e ensino básico - 3º ciclo.
- Secundário: ensino secundário e ensino pós-secundário.
- Superior: bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Todas as estimativas apresentadas são para o ano de 2009, pois foi intenção utilizar o ano mais recente do Inquérito ao Emprego. As estimativas têm em conta a ponderação dos valores amostrais, sendo por isso válidas para a população.

* As opiniões expressas no *Tema em Análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

Na próxima secção analisam-se os níveis de escolaridade para a população em idade activa e a relação com a decisão de participar no mercado de trabalho – a taxa de actividade. Na terceira secção, é estudada a relação dos níveis de escolaridade com dois aspectos do emprego: a situação na profissão – trabalhador por conta de outrem ou por conta própria (como empregador ou isolado) – e a determinação do rendimento salarial para os trabalhadores por conta de outrem. O possível impacto da escolaridade no desemprego é estudado na quarta secção. Nomeadamente, como varia a taxa de desemprego e a duração da procura de emprego com a escolaridade. A quinta secção apresenta a conclusão do estudo.

2. População total em idade activa e participação no mercado de trabalho

População em idade activa

A primeira questão a analisar é a distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade. Em particular, daqueles indivíduos em idade activa (15 e mais anos). Este grupo populacional engloba aqueles indivíduos que estão efectivamente activos, sejam empregados ou desempregados, e aqueles que se encontram inactivos, ou seja, estudantes, reformados, domésticos e outras situações de inactividade.

O Quadro 6.1 apresenta a população em idade activa por sexo e nível de escolaridade para os anos de 2000 e 2009, de modo a aferir-se a evolução nos últimos dez anos. Como se pode observar, a proporção de indivíduos com escolaridade superior representa, em 2009, 11,2% da população total em idade activa. Em termos do número de indivíduos, aquela percentagem representa aproximadamente um milhão de pessoas com este nível de escolaridade. Em 2000, apenas 558,6 mil pessoas detinham este nível de escolaridade (6,5% da população). Ou seja, observou-se um crescimento de 80,5% no número de indivíduos com o superior durante os últimos 10 anos. Em contrapartida, o número de pessoas com o 3º ciclo do ensino básico (no máximo) decresceu 5,1%, de 7 milhões para 6,7 milhões de indivíduos, aproximadamente. No entanto, este grupo continua a ser o maioritário, representando 74,1% da população total em idade activa (82,2% em 2000). O número de pessoas com o ensino secundário cresceu de 968,4 mil para 1 324,7 mil; um crescimento de 36,8% na década.

Quadro 6.1. População em idade activa por nível de escolaridade completo e sexo (2000-2009)

Portugal	Sexo	2000	2009	Varição 2009/2000
		Milhares de indivíduos		%
População com 15 e mais anos	HM	8 576,7	9 023,3	5,2
	H	4 091,1	4 320,8	5,6
	M	4 485,7	4 702,5	4,8
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)				
Até ao básico - 3º ciclo	HM	7 049,4	6 690,4	-5,1
	H	3 398,6	3 261,9	-4,0
	M	3 650,8	3 428,5	-6,1
Secundário e pós-secundário	HM	968,4	1 324,7	36,8
	H	457,2	653,1	42,8
	M	511,3	671,6	31,4
Superior	HM	558,6	1 008,2	80,5
	H	235,2	405,9	72,6
	M	323,3	602,4	86,3
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)				
		%	p.p.	
Até ao básico - 3º ciclo	HM	82,2	74,1	-8,0
	H	83,1	75,5	-7,6
	M	81,4	72,9	-8,5
Secundário e pós-secundário	HM	11,3	14,7	3,4
	H	11,2	15,1	3,9
	M	11,4	14,3	2,9
Superior	HM	6,5	11,2	4,7
	H	5,7	9,4	3,6
	M	7,2	12,8	5,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Quando se separa os valores por sexo, as mulheres representam a maioria dos indivíduos com a escolaridade superior (602,4 mil contra 405,9 mil homens), o que já se verificava em 2000. Em proporção, 12,8% das mulheres em idade activa e 9,4% dos homens detinham o nível superior em 2009.

Participação no mercado de trabalho

A decisão de participar no mercado de trabalho depende de vários factores, sejam eles da esfera individual, familiar ou profissional. Genericamente, espera-se que as pessoas com um maior nível escolaridade sejam aquelas que mais participam no mercado de trabalho. Os ganhos potenciais que advêm da detenção desse nível assim o indicam (ou o custo de oportunidade de não o utilizar no mercado de trabalho).

O Quadro 6.2 apresenta as taxas de actividade para cada nível de escolaridade e sexo para o ano de 2009. A actividade é definida por todos os indivíduos com 15 e mais anos que se encontram empregados ou desempregados. Como se pode observar, a taxa de actividade aumenta com o nível de escolaridade, sendo de 56,6%, 70,9% e 84,8%, respectivamente para o 3º ciclo, secundário e superior. As mulheres têm taxas de actividade menores do que os homens no total da população (56,0% contra 68,2%, respectivamente), fenómeno típico, seja por razões familiares ou outras. No

entanto, quando se separa as taxas de actividade por nível de escolaridade, observa-se que a diferença entre as mulheres e os homens diminui com o nível de escolaridade. Assim, para os indivíduos com a escolaridade até ao 3º ciclo, a taxa de actividade das mulheres é de 48,4% e a dos homens é de 65,3%; para os que completaram o secundário, as taxas ficam separadas apenas por 3,5 pontos percentuais (p.p.) (69,2% para as mulheres e 71,7% para os homens); no nível superior, as taxas são praticamente iguais (84,5% para as mulheres e 85,1% para os homens).

Quadro 6.2. Taxa de actividade por nível de escolaridade completo e sexo (2009)

Portugal	Sexo	%
Taxa de actividade (15 e mais anos)	HM	61,9
	H	68,2
	M	56,0
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)		
Até ao básico - 3º ciclo	HM	56,6
	H	65,3
	M	48,4
Secundário e pós-secundário	HM	70,9
	H	72,7
	M	69,2
Superior	HM	84,8
	H	85,1
	M	84,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Ainda que o Quadro 6.2 pareça apontar para uma relação positiva entre o nível de escolaridade e a taxa de actividade, esta relação pode ser resultado de outros factores que afectam ambas as variáveis. Por exemplo, maiores taxas de actividade para os grupos etários intermédios, associadas a maiores níveis de escolaridade, podem dar origem a uma relação positiva entre escolaridade e actividade. Para tentar isolar a relação, estimou-se um modelo de probabilidade para a participação no mercado de trabalho, controlando para um conjunto de variáveis susceptíveis de influenciar a decisão individual.¹ Os resultados para o total dos indivíduos (em idade activa) e para os homens e mulheres apresentam-se no Quadro 6.3.²

¹ A explicação detalhada do modelo estimado, assim como os resultados completos, podem ser obtidos junto do autor. O mesmo se aplica aos restantes modelos aplicados neste texto.

² Os valores apresentados resultam da estimação de um modelo de probabilidade (*Logit*). A variável dependente é binária (0,1) indicando a participação no mercado de trabalho. As variáveis explicativas incluem os níveis de educação, idade, região de residência e dimensão da família. A estimação considerou os valores para a população (estimação com os ponderadores associados a cada valor amostral).

Quadro 6.3. Variação na probabilidade estimada de participação no mercado de trabalho segundo o sexo por nível de escolaridade completo (2009)

Portugal	HM	H	M
	p.p.		
Nível de escolaridade completo			
Secundário e pós-secundário	9,6	5,3	14,4
Superior	20,0	13,4	27,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: Os valores apresentados correspondem à variação da probabilidade de participar no mercado de trabalho (em pontos percentuais) quando o indivíduo detém um dos níveis de escolaridade referidos, face a ter apenas até ao básico - 3º ciclo. Foram estimados três modelos - para todos os indivíduos (HM), homens (H) e mulheres (M). Os coeficientes das variáveis explicativas são estatisticamente diferentes de zero para um nível de significância de 1%.

O primeiro modelo estimado inclui todos os indivíduos, independentemente do sexo. Os resultados indicam que em média, um indivíduo com o nível de escolaridade secundário e pós-secundário tem uma probabilidade de participar no mercado de trabalho que se situa 9,6 p.p. acima da mesma probabilidade de um indivíduo que apenas completou, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico. O valor da variação da probabilidade para os que completaram o nível superior é de 20 p.p..

Quando se estima o modelo separadamente para os homens e as mulheres, verifica-se que a associação entre o nível de escolaridade e a variação na probabilidade de participar no mercado de trabalho é mais forte para as mulheres: quando detêm o nível secundário, a sua probabilidade de participar no mercado de trabalho aumenta 14,4 p.p. (5,3 p.p. para os homens); quando detêm o nível superior, a variação na probabilidade é de 27,0 p.p. (13,4 p.p. para os homens). Note-se que a maior variação de probabilidade associada ao nível de escolaridade para as mulheres clarifica o resultado apresentado no Quadro 6.2, onde a diferença nas taxas de actividade entre homens e mulheres diminuía com o nível de escolaridade. Os resultados demonstram igualmente a vantagem de aplicar este tipo de modelos econométricos na tentativa de isolar relações, considerando simultaneamente os factores que podem afectar a decisão individual. Ainda assim, o modelo aplicado é relativamente simples e apenas se utiliza o ano de 2009 na estimação.

Estes resultados sugerem o seguinte:

- As taxas de actividade são mais elevadas para os indivíduos com um maior nível de escolaridade.
- A escolaridade tem uma relação positiva com a taxa de actividade, mesmo controlando para outras variáveis que podem afectar a decisão de participar no mercado de trabalho.
- Os homens têm taxas de actividade superiores, mas a escolaridade tem um efeito maior na

probabilidade das mulheres participarem no mercado de trabalho.

3. Emprego

Situação na profissão

No Inquérito ao Emprego inquiram-se os indivíduos no que diz respeito à sua situação na profissão. Assim, os trabalhadores podem ser classificados numa das quatro situações seguintes: por conta de outrem; por conta própria como isolados; por conta própria como empregadores; familiares não remunerados e outras situações.³

O cruzamento da informação sobre as taxas de emprego por situação na profissão e o nível de escolaridade está representado no Quadro 6.4 para o ano de 2009. Não distinguindo por sexo, os trabalhadores por conta de outrem são aqueles que apresentam um maior nível de escolaridade. A distribuição dos trabalhadores por conta de outrem pelos três níveis de escolaridade considerados – até ao básico - 3º ciclo, secundário e superior – é de, respectivamente, 62,5%, 19,5% e 18,1%. Para os trabalhadores por conta própria como empregadores, as mesmas percentagens são 71,3%, 13,3% e 15,3%. Os trabalhadores por conta própria como isolados são aqueles que apresentam, em média, um menor nível de escolaridade, com 86,7%, 6,6% e 6,7%, respectivamente.

Quadro 6.4. Taxa de emprego segundo o nível de escolaridade completo por situação na profissão e sexo (2009)

Portugal	Sexo	ed1	ed2	ed3
		%		
População empregada	HM	67,4	16,8	15,8
	H	71,7	16,3	12,0
	M	62,5	17,4	20,1
Situação na profissão				
Trabalhadores por conta de outrem	HM	62,5	19,5	18,1
	H	68,1	18,6	13,3
	M	56,5	20,4	23,2
Trabalhadores por conta própria como isolados	HM	86,7	6,6	6,7
	H	85,5	8,1	6,4
	M	88,1	4,8	7,1
Trabalhadores por conta própria como empregadores	HM	71,3	13,3	15,3
	H	73,3	12,8	13,9
	M	65,7	15,0	19,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: ed1 - Até ao básico - 3º ciclo; ed2 - Secundário e pós-secundário; ed3 - Superior.

A separação por sexo mostra algumas diferenças. As mulheres têm um maior nível de escolaridade nas três situações na profissão. É particularmente notória a

³ Esta última situação na profissão – trabalhadores familiares não remunerados e outras situações – é praticamente residual, representando menos de 1% do total da população empregada. Como tal, não será considerada na análise.

diferença de 10 p.p. entre os trabalhadores por conta de outrem com o ensino superior: 23,2% das mulheres e 13,3% dos homens detêm este nível de escolaridade.

Com o objectivo de determinar até que ponto a escolaridade tem influência na situação na profissão, estimou-se um modelo Logit multinomial para determinar o efeito da escolaridade na probabilidade do indivíduo ser um trabalhador por conta de outrem, por conta própria como isolado ou por conta própria como empregador.⁴ Optou-se por distinguir no modelo a situação de trabalhador por conta própria sem trabalhadores ao serviço, isto é, como isolado, da situação de empregador. Retirou-se da análise os indivíduos que declararam a profissão de “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”, dado que tipicamente são analisados em separado aquando do estudo da decisão de ser um trabalhador por conta própria (Parker, 2004).

O Quadro 6.5 apresenta os resultados da estimação do modelo Logit multinomial para a situação na profissão no ano de 2009. Como variáveis explicativas, para além da escolaridade, considerou-se a idade, a experiência profissional, a região e o sector de actividade. Como nos modelos anteriores, a estimação considera os ponderadores de cada indivíduo na amostra.

Quadro 6.5. Coeficientes do modelo Logit multinomial para a participação no mercado de trabalho (2009)

Portugal	Situação na profissão		
	TCO	Isolado	Empregador
	p.p.		
HM			
Secundário e pós-secundário	1,6***	-1,8***	0,2
Superior	0,7	-1,4***	0,7***
H			
Secundário e pós-secundário	1,0	-0,010*	0,0
Superior	-0,8	-0,3	1,1***
M			
Secundário e pós-secundário	2,1***	-2,3***	0,2
Superior	1,3***	-1,7***	0,4*

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: TCO – trabalhador como conta de outrem; Isolado – trabalhador por conta própria como isolado; Empregador – trabalhador por conta própria como empregador. Os valores apresentados representam a variação de probabilidade para cada uma das situações na profissão associada com uma variação do nível de escolaridade (por comparação com o nível mais baixo, até ao básico - 3º ciclo). * Coeficientes estatisticamente diferentes de zero a 10%; ** a 5%; *** a 1%.

Os resultados indicam que o nível de escolaridade, genericamente, tem uma relação positiva com a probabilidade do indivíduo ser um trabalhador por conta de outrem ou por conta própria como empregador, mas uma relação negativa com a probabilidade de ser um

trabalhador por conta própria como isolado, em linha com as estatísticas simples apresentadas no Quadro 6.4.

Quando se analisa os resultados dos modelos estimados para as mulheres e para os homens, verifica-se que a relação é menos intensa e apenas são estatisticamente diferentes de zero dois dos seis coeficientes, no caso dos homens. No caso das mulheres, não só os coeficientes são mais elevados, como são estatisticamente diferentes de zero para a maioria das relações entre a escolaridade e a situação na profissão. Se a mulher tem o secundário ou o superior, a probabilidade de ser uma trabalhadora por conta de outrem é, respectivamente, 2,1 p.p. e 1,3 p.p. superior face à situação de apenas ter o 3º ciclo. Em contraste, para os mesmos níveis de escolaridade, a probabilidade de ser uma trabalhadora por conta própria como isolada diminui em 2,3 p.p. e 1,7 p.p., se tiver o nível secundário e superior, respectivamente.

Relativamente à relação entre a situação na profissão e a escolaridade, os principais resultados a reter são os seguintes:

- Os trabalhadores por conta de outrem são os que detêm, em média, um maior nível de escolaridade. Os trabalhadores por conta própria como isolados são os que detêm um menor nível de escolaridade média.
- A escolaridade está positivamente relacionada com a probabilidade de um indivíduo ser um trabalhador por conta de outrem, controlando para outras determinantes possíveis da situação na profissão.
- Embora com menor intensidade, também se encontrou uma relação positiva da escolaridade com a probabilidade do indivíduo ser um trabalhador por conta própria como empregador.
- A probabilidade de um indivíduo ser um trabalhador por conta própria com isolado está negativamente relacionada com a escolaridade.
- As relações acima são mais intensas no caso das mulheres.

Rendimento do trabalho

Nesta secção analisa-se em particular os trabalhadores por conta de outrem, dado que não existe informação no Inquérito ao Emprego sobre os rendimentos dos indivíduos que reportam outra situação na profissão, nomeadamente os trabalhadores por conta própria. Adicionalmente, a análise foi restringida aos trabalhadores a tempo completo e que não tinham a profissão de “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”.

Pretendendo ter uma ideia mais aproximada do prémio salarial associado a cada nível de escolaridade, definiu-se uma equação para o rendimento salarial líquido (valor mensal médio, em logaritmo). As variáveis a incluir na

⁴ A situação na profissão só é observada para aquelas pessoas que participam no mercado de trabalho (os activos). Assim, o modelo mais completo seria resultante de estimar em conjunto o modelo para participação no mercado de trabalho (actividade vs inactividade) e o modelo para a situação na profissão.

equação foram as seguintes: os níveis de escolaridade, admitindo que correspondem ao capital humano (geral) acumulado pelos trabalhadores; a antiguidade na empresa, medida em anos, pretendendo capturar o capital humano adquirido na empresa (em princípio, mais específico do que a escolaridade); a localização da empresa (região NUTS II); a profissão e o desempenho de funções de supervisão e coordenação; o sector de actividade da empresa e a sua dimensão (medido por uma variável binária que toma o valor um se o trabalhador está empregado numa empresa com mais do que dez empregados e zero se emprega menos). Este foi denominado o modelo completo, pois inclui as variáveis que dizem respeito às características individuais do trabalhador (escolaridade e idade), à sua posição na empresa (antiguidade, profissão e funções de supervisão e coordenação), às características da empresa (sector e dimensão) e às características do mercado de trabalho (região).⁵ Para comparação, estimou-se também um modelo base, onde só foram incluídas as características individuais dos trabalhadores: o nível de escolaridade e a idade.

Ambos os modelos foram estimados em separado para os homens e para as mulheres, uma vez que se pretendia obter os efeitos por sexo de cada uma das variáveis, em particular as que identificam cada nível de escolaridade. Tal como nos modelos anteriores, o ponto de comparação é o nível de escolaridade mais baixo, até ao 3º ciclo do ensino básico. Os coeficientes estimados indicam qual o efeito, em percentagem, na variável dependente (o rendimento, neste caso) de um indivíduo ter um nível de escolaridade em comparação com ter, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico.

Os resultados da estimação são apresentados no Quadro 6.6. Os valores dos coeficientes estimados associados a cada um dos níveis de escolaridade devem ser interpretados como acréscimos médios nos salários, medidos em percentagem (os valores em logaritmo já foram devidamente transformados), mantendo todas as restantes variáveis inalteradas (é um efeito parcial). Assim, no modelo base, quando se considera em conjunto os homens e as mulheres, o facto de ter um nível secundário e pós-secundário está associado a um acréscimo de 27,4% no salário, relativamente a só ter até ao 3º ciclo do básico. Para os trabalhadores que completaram o ensino superior, o acréscimo no salário é de 110,4%. Estas variações nos salários mostram o valor de ter um nível de escolaridade mais elevado, como forma de aquisição de capital humano valorizado no mercado de trabalho. O acréscimo de rendimento salarial para os

indivíduos com um nível superior é maior para as mulheres (128,6%) do que para os homens (108,1%).

Quadro 6.6. Coeficientes do modelo de regressão linear múltipla para o rendimento salarial (2009)

Portugal	HM	H	M
	%		
Modelo Base			
Nível de escolaridade completo			
Secundário e pós-secundário	27,4	30,2	30,0
Superior	110,4	108,1	128,6
Modelo Completo			
Nível de escolaridade completo			
Secundário e pós-secundário	12,9	14,6	10,7
Superior	46,4	51,7	47,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: A variável dependente é o logaritmo do rendimento salarial médio mensal líquido. Os valores apresentados representam a variação em percentagem dos salários quando o indivíduo detém um dos níveis de escolaridade referidos face a ter apenas até ao básico - 3º ciclo. Foram estimados três modelos - para todos os indivíduos, homens e mulheres, com duas variantes - base e completo (ver texto). Os coeficientes das variáveis explicativas subjacentes são estatisticamente diferentes de zero para um nível de significância de 1%.

Os resultados do modelo base foram obtidos apenas com o recurso às variáveis explicativas escolaridade e idade do indivíduo. Uma vez que se estão a medir as variações no rendimento salarial, falta considerar outro lado do mercado de trabalho, ou seja, o lado da empresa e do mercado onde esta se insere. O modelo completo (2ª parte do Quadro 6.6) inclui, como variáveis explicativas adicionais, o tipo de posição e a função desempenhada na empresa, assim como o sector e dimensão da empresa (e região onde esta se localiza). Com a inclusão destas variáveis, é de esperar que os coeficientes associados ao nível de escolaridade diminuam. O facto de um indivíduo ter um nível de escolaridade mais elevado permite-lhe, com uma maior probabilidade, obter emprego e desempenhar funções dentro da empresa que estão associadas a maiores rendimentos.⁶ Em resultado, não tendo controlado para estes factores no modelo base, os coeficientes estão sobrestimados, uma vez que estão a capturar mais do que a mera detenção de um nível de escolaridade.

Os resultados obtidos com o modelo completo confirmam aquelas expectativas, com coeficientes mais baixos. Apesar da diminuição dos coeficientes, a escolaridade mantém a relação positiva com o rendimento. Assim, se um indivíduo completou o ensino secundário, o seu salário é 12,9% (14,6% para os homens e 10,7% para as mulheres) mais alto face a um indivíduo que completou, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico. No caso do superior, a variação do salário é de 46,4% (51,7% para os homens e 47,6% para as mulheres). A relação entre estes

⁵ A literatura sobre educação e outras formas de acumulação de capital humano é já extensa. Ver os trabalhos seminais de Becker (1962, 1964), Mincer (1958, 1962, 1974) e Ben-Porath (1967). A educação também pode ser vista como uma forma do trabalhador sinalizar as suas capacidades (Spence, 1973) ou como uma forma dos empregadores obterem informação sobre essas mesmas capacidades (Arrow, 1973; Stiglitz, 1975). Ver igualmente a discussão apresentada por Weiss (1995).

⁶ Ver, por exemplo, Gibbons e Waldman (2006) e Lima e Pereira (2003) para a progressão dentro da empresa e Abowd et al. (1999) para as características das empresas.

ganhos salariais com a escolaridade é ligeiramente superior para os homens.

A síntese dos resultados relativos à relação entre o rendimento e a escolaridade é:

- i. Os níveis de escolaridade mais elevados estão associados a maiores rendimentos salariais, mesmo controlando para outros determinantes possíveis do salário.
- ii. Em média, um indivíduo com o nível secundário (ou pós-secundário) recebe um prémio salarial de 12,9%, face ao nível até ao básico - 3º ciclo.
- iii. Em média, um indivíduo com o nível superior recebe um prémio salarial de 46,4%, face ao nível básico - 3º ciclo.
- iv. A variação percentual associada à escolaridade mais elevada é ligeiramente superior para os homens.

Note-se que estes resultados foram obtidos com um modelo que pretende controlar para uma série de factores que se esperam estar relacionados com os salários. No entanto, foi aplicado unicamente ao ano de 2009 (o objectivo deste estudo) e não se está a controlar para características não observáveis dos indivíduos, como sejam as suas capacidades cognitivas. Os coeficientes estimados da escolaridade capturam em parte estas capacidades. Isolar o efeito da escolaridade exigiria um modelo mais completo que extravasa o âmbito deste estudo.⁷ Os resultados devem lidos como relações entre a escolaridade e rendimento salarial no sentido de uma correlação parcial, dado que se controla simultaneamente para outras variáveis que também estão relacionadas com os salários.

4. Desemprego

Taxa de desemprego

Qual a relação esperada entre o desemprego e os níveis de escolaridade? De acordo com os resultados anteriores, será de esperar que a escolaridade, como forma de acumulação de capital humano, permita ao indivíduo estar menos sujeito à situação de desemprego, em média. No Quadro 6.7, apresentam-se as taxas de desemprego por sexo, idade e nível de escolaridade. O objectivo é verificar se existem diferenças observáveis nas taxas de desemprego por grupo etário e sexo, quando se consideram os níveis de escolaridade.

A taxa de desemprego é tendencialmente mais baixa para os níveis de escolaridade mais altos (ver Gráfico 9 desta publicação), apesar de não ser muito expressiva a diferença entre os indivíduos com nível de escolaridade completo até ao básico - 3º ciclo e os indivíduos com o ensino secundário. De facto, em 2009, a taxa de

desemprego para os indivíduos com o secundário era superior à dos indivíduos com nível de escolaridade até ao básico - 3º ciclo (9,5% contra 10,1%). Os indivíduos com o nível de escolaridade superior tinham uma taxa de desemprego (9,6%) semelhante à dos indivíduos com a menor escolaridade, o que deverá ser explicado em parte pelo período que a economia nacional atravessa. A taxa de desemprego é tipicamente superior para as mulheres (ver Gráfico 7 desta publicação) e superior para os mais jovens (ver Gráfico 8 desta publicação). Em 2009, a taxa de desemprego foi de 10,2% para as mulheres e 8,9% para os homens. Na última coluna do Quadro 6.7, pode-se verificar que a taxa de desemprego vai diminuindo com o grupo etário considerado. Por exemplo, para o grupo dos mais jovens (15-24 anos) a taxa de desemprego é de 20,0% e para os mais idosos (45 e mais anos) é de 7,0%.

Quadro 6.7. Taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade completo por grupo etário e sexo (2009)

Portugal	Sexo	ed1	ed2	ed3	Total
		%			
Taxa de desemprego	HM	9,5	10,1	9,6	9,5
	H	8,9	9,5	8,0	8,9
	M	10,2	10,9	11,3	10,2
Dos 15 aos 24 anos	HM	20,3	18,1	24,5	20,0
	H	18,8	17,0	26,0	18,7
	M	22,6	19,1	23,9	21,6
Dos 25 aos 34 anos	HM	13,0	9,5	8,1	10,9
	H	10,7	7,3	8,0	9,4
	M	16,2	11,8	8,2	12,6
Dos 35 aos 44 anos	HM	9,7	8,1	4,1	8,5
	H	8,5	7,6	4,8	7,9
	M	11,1	8,5	3,7	9,1
Com 45 e mais anos	HM	7,6	5,7	2,8	7,0
	H	7,8	4,0	3,6	7,1
	M	7,3	8,0	2,0	6,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: ed1 - Até ao básico - 3º ciclo; ed2 - Secundário e pós-secundário; ed3 - Superior.

O cruzamento das três variáveis – sexo, idade e escolaridade – parece indicar que o efeito positivo da escolaridade na diminuição da taxa de desemprego é mais forte para os mais idosos e para as mulheres. Para ter uma imagem mais clara, calculou-se taxas de desemprego *normalizadas* por grupo etário e sexo. Ou seja, dividiu-se cada taxa de desemprego das células do corpo do Quadro 6.7 pelo total em linha (valores da última coluna). Significa que um valor maior do que a unidade indica que o grupo respectivo (definido pelo binómio grupo etário – sexo / escolaridade) tem uma taxa de desemprego maior do que a do total do grupo etário – sexo. Por exemplo, no grupo etário dos 15 aos 24 anos, o valor da taxa de desemprego normalizada é de 1,2 para aqueles indivíduos com o nível de escolaridade superior. Ou seja, estes indivíduos têm uma maior taxa de desemprego (aproximadamente mais 20%) do que o total do respectivo grupo etário (15-24 anos). Em contrapartida, a taxa de desemprego normalizada é de 0,9 para aqueles indivíduos no mesmo grupo etário (15-24 anos), mas com

⁷ Ver, por exemplo, Card (1999, 2001).

o nível de escolaridade secundário, implicando que têm uma menor taxa de desemprego (menos 10%) do que o total do respectivo grupo etário.

Quadro 6.8. Taxa de desemprego normalizada segundo o nível de escolaridade completo por grupo etário e sexo (2009)				
Portugal	Sexo	ed1	ed2	ed3
		%		
Dos 15 aos 24 anos	HM	1,0	0,9	1,2
	H	1,0	0,9	1,4
	M	1,0	0,9	1,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	1,2	0,9	0,7
	H	1,1	0,8	0,9
	M	1,3	0,9	0,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	1,1	1,0	0,5
	H	1,1	1,0	0,6
	M	1,2	0,9	0,4
Com 45 e mais anos	HM	1,1	0,8	0,4
	H	1,1	0,6	0,5
	M	1,1	1,2	0,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: ed1 - Até ao básico - 3º ciclo; ed2 - Secundário e pós-secundário; ed3 - Superior. Cada célula corresponde à divisão da taxa de desemprego respectiva pelo total em linha (última coluna do Quadro 6.7).

Quando se comparam os valores para ambos os sexos à medida que se avança nos grupos etários, a probabilidade de ter uma taxa de desemprego superior a média do respectivo grupo aumenta para os indivíduos com, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (de 1,0 para 1,1) e, mais interessante, diminui para os indivíduos com o secundário e superior, em especial para este último nível de escolaridade. Se no primeiro grupo etário, estes indivíduos tinham uma taxa de desemprego superior (1,2), esta taxa é menor do que o total do grupo para os restantes grupos etários. Para os grupos etários dos 25 aos 34 anos, dos 35 aos 44 anos e dos 45 e mais anos, a taxa normalizada é de 0,7, 0,5 e 0,4, respectivamente, o que implica uma taxa de desemprego menor em 30%, 50% e 60% do que o total de cada um dos grupos etários respectivos. Também é de destacar que esta redução é mais pronunciada para as mulheres nestes três grupos etários.

As conclusões que se podem retirar desta breve abordagem à relação entre a taxa de desemprego e a escolaridade são:

- Excepto para o grupo dos mais jovens, a escolaridade está associada a menores taxas de desemprego.
- Apesar de as mulheres experimentarem taxas de desemprego superiores, as diferenças são atenuadas, ou mesmo revertidas, com a escolaridade e com a idade.

Duração da procura de emprego

Na linha do que foi analisado na subsecção anterior, sabendo-se que um maior nível de escolaridade está associado a uma menor taxa de desemprego, qual a relação com a duração da procura de emprego? Uma primeira aproximação a esta relação é apresentada no Quadro 6.9, onde a distribuição da duração da procura de emprego é calculada para cada nível de escolaridade. Seria de esperar que aqueles indivíduos com um maior nível de escolaridade tivessem mais facilidade em encontrar um emprego, uma vez desempregados. Como se pode observar no quadro, a proporção de indivíduos que procuram emprego há menos de um mês com o nível de escolaridade até ao básico - 3º ciclo é de 5,0%, com o secundário é de 7,2% e com o superior é de 8,3%. Quando se considera a duração de procura mais longa, 25 e mais meses, as percentagens são, respectivamente, 28,9%, 20,5% e 20,9%. Mais ainda, se considerarmos o designado habitualmente de desemprego de longa duração – aqueles que procuram emprego há 12 e mais meses – então, as proporções são 48,3%, 42,7% e 41,8%, respectivamente. Existe assim evidência, ainda que meramente descritiva, de que um maior nível de escolaridade está associado a uma menor duração da procura de emprego, ou seja, aponta para uma maior facilidade em sair do estado de desemprego.

Quadro 6.9. Distribuição da população desempregada segundo o nível de escolaridade completo por duração da procura de emprego (2009)				
Portugal	ed1	ed2	ed3	Total
	%			
Duração da procura:				
Menos de 1 mês	5,0	7,2	8,3	5,7
1 a 6 meses	30,6	35,8	34,1	31,9
7 a 11 meses	16,0	14,3	15,7	15,7
12 a 24 meses	19,5	22,2	20,9	20,1
25 e mais meses	28,9	20,5	20,9	26,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota: ed1 - Até ao básico - 3º ciclo; ed2 - Secundário e pós-secundário; ed3 - Superior.

5. Conclusão

A escolaridade, como forma de desenvolvimento pessoal e acumulação de capital humano, é uma questão abordada em diversas áreas de estudo, como as dedicadas ao mercado de trabalho, ao empreendedorismo, ao crescimento e desenvolvimento económico ou à mudança tecnológica. Neste artigo, procurou-se analisar a relação entre o nível de escolaridade obtido por cada indivíduo e algumas medidas de desempenho no mercado de trabalho. Em particular, a participação no mercado de trabalho, por oposição à inactividade, a situação na profissão, o rendimento salarial dos trabalhadores por conta de outrem e, finalmente, o desemprego, medido pela taxa de desemprego e pela duração da procura de emprego.

Os resultados obtidos com os modelos estimados, ainda que necessariamente resumidos, para 2009, vêm demonstrar os benefícios de realizar um inquérito regular (o Inquérito ao Emprego), que extravasam a mera utilização das estatísticas oficiais do emprego e do desemprego, entre outros indicadores. O Inquérito ao Emprego é uma fonte privilegiada de informação, como também é demonstrado pelos estudos que regularmente surgem em publicações científicas, onde se faz uso do mesmo inquérito realizado noutros países europeus (o *Labour Force Survey*), assim como em grande parte dos países desenvolvidos que mantêm operações estatísticas semelhantes.

6. Referências

- Abowd**, John M., Francis Kramarz, e David Margolis. 1999. "High Wage Workers and High Wage Firms". *Econometrica*, 67(2), pp. 251-333.
- Arrow**, Kenneth J. 1973. "Higher Education as a Filter". *Journal of Public Economics*, 2(3), pp. 193-216.
- Becker**, Gary S. 1962. "Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis", *Journal of Political Economy*, 70(5), pp. 9-49.
- Becker**, Gary S. 1964. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. New York: Columbia University Press.
- Ben-Porath**, Yoram. 1967. "The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings". *Journal of Political Economy*, 75(4), pp. 352-365.
- Card**, David. 1999. "The Causal Effect of Education on Earnings", in *Handbook of Labor Economics*, O. Ashenfelter and D. Card (eds.), Amsterdam: North-Holland, pp. 1801-1863.
- Card**, David. 2001. "Estimating the Returns to Schooling: Progress on Some Persistent Econometric Problems". *Econometrica*, 69(5), pp. 1127-1160.
- Gibbons**, Robert e Michael Waldman. 2006. "Enriching a Theory of Wage and Promotion Dynamics inside Firms". *Journal of Labor Economics*, 24(1), pp. 59-107.
- Lima**, Francisco e Pedro T. Pereira. 2003. "Careers and Wages within Large Firms: Evidence from a Matched Employer-Employee Data Set". *International Journal of Manpower*, 24(7), pp. 812-835.
- Mincer**, Jacob. 1958. "Investment in Human Capital and Personal Income Distribution". *Journal of Political Economy*, 66(4), pp. 281-302.
- Mincer**, Jacob. 1962. "On-the-Job Training: Costs, Returns, and Some Implications". *Journal of Political Economy*, 70(5), pp. 50-79.
- Mincer**, Jacob. 1974. *Schooling, Experience, and Earnings*. New York, NY: Columbia University Press.
- Parker**, Simon. 2004. *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Spence**, A. Michael. 1973. "Job Market Signaling". *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 355-374.
- Stiglitz**, Joseph E. 1975. "The Theory of Screening Education and the Distribution of Income". *American Economic Review*, 65(3), pp. 283-300.
- Torres**, Sónia. 2007. "População empregada e desempregada por nível de escolaridade – breve análise descritiva". Tema em análise, Estatísticas do Emprego, 4º trimestre, pp. 53-59.
- Weiss**, Andrew. 1995. "Human Capital vs. Signaling Explanations of Wages", *Journal of Economic Perspectives*, 9(4), pp. 133-154.